

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
MESTRADO PROFISIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS – MPSPCDH

SANDRA HELOÍSA OLIVEIRA BARROS

**VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA ADOLESCENTES: ESTUDO DE
CASO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MANAUS-AM**

MANAUS - AM
2018

SANDRA HELOÍSA OLIVEIRA BARROS

VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MANAUS-AM

Trabalho apresentado em cumprimento às exigências do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas-UEA (PPGSCDH/UEA), como requisito para obtenção ao título de mestra.

Linha de pesquisa: Sociedade, Estado, Cultura e Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques

MANAUS - AM
2018

Ficha Catalográfica

Barros, Sandra Heloísa Oliveira.

Violência escolar contra adolescentes: Estudo de Caso na Rede Pública Estadual na Cidade de Manaus/ Sandra Heloísa Oliveira Barros; orientador: Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques – 2018.

71 f.

Dissertação (mestrado profissionalizante) – Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Departamento de Pós-graduação em Segurança Pública – PPGSP. Inclui Bibliografia

1. Violência escolar. 2. Adolescentes. 3. Direitos 4. Ensino. I. Marques, Dorli João Carlos. II. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Departamento de Pós-graduação em Segurança Pública – MSP. III. Título.

SANDRA HELOÍSA OLIVEIRA BARROS

VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO NA REDE
PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE MANAUS

_____ de _____ de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques (Orientador) (UEA)

Prof.^a. Dra. Maria Aparecida da Silva Martins (Membro Externo)

Prof.^a Dra. Maria Nazareth da Penha Vasques Mota (Membro Interno)

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib (Suplente) (UEA)

Todos os direitos reservados. É devidamente proibida a cópia de partes, bem como a reprodução total da presente pesquisa sem autorização da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, do autor e do orientador.

Sandra Heloísa Oliveira Barros

Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas - 2015. Graduada em Direito pela Centro de Ensino Superior do Amazonas – CIESA 2004. Especialista em Direito Público pelo Centro de Ensino Superior do Amazonas – CIESA 2006. Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas 2016. Atualmente, servidora pública, no cargo de Pedagoga na Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas - SEDUC/AM.

À minha família, motivo maior na busca incessante de todo conhecimento e aprendizado, e que soube compreender e suportar todas as ausências.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas que propiciou as condições acadêmicas para a conclusão deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas que subsidiou e deu suporte para a realização desta pesquisa;

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques, pelo apoio, paciência e motivação;

A todos os docentes do Programa de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos que souberam compartilhar com maestria seus ensinamentos.

Aos meus amigos de turma do Mestrado pela amizade, companheirismo e pelo compartilhamento de momentos preciosos durante toda essa jornada, em especial ao Ernandes Saraiva, Joice Pacheco e Suzane Lima pelo apoio fraterno incondicional.

RESUMO

Muito embora seja um fenômeno antigo, o problema da violência permeia atualmente os mais diversos espaços e classes sociais. Esse fenômeno vem mudando significativamente a convivência em sociedade, pois se tornou frequente ouvir nos meios de comunicação casos de violência relatando os mais variados tipos de violência especialmente contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. A violência atingiu proporções tamanhas que passou a ser encarada no senso comum como normalidade, como se todos estivessem predestinados, mais cedo ou mais tarde, de forma absolutamente banal, podendo ser a próxima vítima de uma violência que pode acontecer a qualquer momento em todo e qualquer lugar. Esse estudo investigou os diversos tipos de violências que ocorrem em um ambiente escolar para adolescentes dos 14 aos 18 anos e seus prováveis reflexos no desenvolvimento do processo de aprendizagem, buscando verificar que medidas estão podendo ser tomadas no sentido de minimizar ou prevenir esses casos. Para tanto, a partir de um Estudo de Caso com duas escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Estado do Amazonas realizou-se pesquisa de campo, colhendo dados primários mediante questionário estruturado com estudantes na faixa etária de 14 a 18 anos, matriculados no 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Observou-se como resultado da pesquisa que a violência permeia o ambiente escolar em várias de suas modalidades, em especial a violência psicológica, destacando-se a intimidação e a humilhação. Na modalidade de violência sexual, destaca-se o assédio sexual, muitas vezes escamoteado, tendo em vista o receio de exposição a represálias. Observou-se também por parte do corpo técnico pedagógico as nuances da violência em suas variadas formas, entre as quais se destaca a psicológica, na modalidade de intimidação, ameaças e humilhação. Como regra geral, a violência se manifesta como uma espécie de poder sobre o outro, e isso ocorre muitas vezes de forma disfarçada, de forma simbólica, como se ela não existisse. É necessário e importante cada vez mais ultrapassar a barreira do silêncio que envolve os casos de violência, em especial contra adolescentes em nossas escolas, priorizando os seus direitos de pessoas em desenvolvimento e que merecem por parte do Estado e da família proteção especial, disponibilizando programas e políticas públicas sociais que atendam suas necessidades, desenvolvimento e bem estar.

PALAVRAS CHAVE: Violência escolar. Adolescente; Direitos. Ensino.

ABSTRACT

Although it's an old phenomenon, the problem of violence permeates nowadays the most various spaces and social classes. This phenomenon has been changing significantly the coexistence in society, because it became common to hear in the media cases of violence against children and adolescents in the school environment. The violence has reached such huge proportions that became natural to common sense, as if everybody was predestinated, sooner or later, in an absolutely banal way, to be the next victim of a violence that can happen anytime and anywhere. This study investigated the various types of violence that occur in a school setting for students aged 14 to 18 and their probable reflexes in the development of the learning process, seeking to verify what measures can be taken to minimize or prevent such cases. Therefore, from a case study with two public high schools in the State of Amazonas, field research was carried out by collecting primary data through a structured questionnaire with students aged 14 to 18, enrolled in 1st to 3rd grades in high school. It was observed as a result of the research that violence permeates the school environment in several of its modalities, especially psychological violence, highlighting the intimidation and humiliation. In the form of sexual violence, sexual harassment stands out, often hidden due to fear of exposure to reprisals. It was also observed on the part of the pedagogical staff the nuances of the violence in its varied forms, among which the psychological one stands out, in the modality of intimidation, threats and humiliation. As a general rule, violence manifests itself as a kind of power over the other, and this often occurs in disguised form, symbolically, as if it did not exist. It is increasingly necessary and important to overcome the barrier of silence that surrounds cases of violence, especially against adolescents in our schools, prioritizing their rights of developing people and deserving special protection by the State and the family, offering social politics that meet their needs, development and well-being.

KEYWORDS: School violence. Adolescente; Rights. Teaching.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

GRÁFICO 1 - Com quem residem os estudantes;

GRÁFICO 2 – Quantidade de pessoas no ambiente familiar;

GRÁFICO 3 – Renda familiar dos estudantes;

GRÁFICO 4 – Tipos de violência psicológica sofrida pelos estudantes da escola em estudo.

QUADRO I - Os efeitos do abuso sexual infantil: Uma revisão dos possíveis efeitos a curto prazo na infância e adolescência;

QUADRO II – Os efeitos do abuso sexual infantil: uma revisão dos possíveis efeitos a longo prazo na idade adulta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
INFÂNCIA A PRIMEIRA VÍTIMA DA VIOLÊNCIA E SUA CONCEPÇÃO HISTÓRICA	18
1.1 Violência Doméstica contra crianças e adolescentes: Um olhar pedagógico e psicossocial ao ambiente familiar.	21
1.2 Escola o reduto do ensino ou o gueto da violência	23
CAPÍTULO II	
A REDE PÚBLICA DE ENSINO EM MANAUS E A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25
2.1 O papel da escola no processo de escolarização da educação para crianças e adolescentes.	25
2.2 Apreciação do perfil socioeconômico dos adolescentes das escolas em análise.....	27
2.2.1 Uma reflexão aos dados obtidos	31
2.3 Apreciação do perfil socioeconômico do corpo técnico pedagógico das escolas em análise	33
CAPÍTULO III	
O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO ESCOLAR	35
3.1 Aspectos conceituais da violência sexual.	36
3.2 Os impactos psicológicos da violência.	38

CAPÍTULO IV

CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MANAUS	45
4.1 Direitos das crianças e adolescentes.	45
4.2.1 A criança na Constituição Federal de 1988.....	46
4.2.2 Estatuto da Criança e do adolescente.	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

A violência tornou-se atualmente um fenômeno que faz parte do dia a dia da sociedade, permeando diferentes espaços e atingindo todas as classes sociais. Muito embora seja um fenômeno antigo, atualmente ele tem se tornado mais visível e potencializado sensações de insegurança e medo.

Essa violência permeia e se manifesta de diferentes formas e nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define violência como “o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou outro grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Para Minayo (2004) e Sacramento & Rezende (2006) a violência é uma questão social e, portanto, não é objeto próprio de nenhuma área do conhecimento específico. Ela está associada à qualidade de vida – ou à falta dela. Historicamente, têm-se observado que a educação, os costumes e os meios de comunicação tendem a criar e perpetuar estereótipos que fortalecem o pensamento de que o sexo masculino é o detentor do poder sobre o sexo feminino, limitando suas opiniões, desejos e direitos fundamentais. Nesse sentido, o ambiente escolar, sendo local de socialização do conhecimento e disseminação do saber presta-se também, muitas vezes, como local onde se reforçam preconceitos e violências contra o público feminino, como destaca Abramovay em sua pesquisa (2002):

O assédio sexual é uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos, principalmente contra mulheres, ainda que possa ocorrer entre os jovens ou envolver outros autores nas escolas. Inclui desde brincadeiras, até estupros. As brincadeiras ou comentários jocosos podem ser dirigidos pelos alunos aos professores e vice-versa. Geralmente geram constrangimentos àqueles aos quais são dirigidos: Não são brincadeiras inocentes. São grosserias que não têm cabimento (...) mas que, muitas vezes, fazem a pessoa calar e fingir que você não tá nem aí. Às vezes, é banalizada, considerada normal. o que colabora inclusive para sua repetição: Isso aí é normal. Tanto de coisa que falam!

Corroborando no mesmo sentido, Menezes, (p.7,2013) citando (SOUZA e LEÃO p. 2) aduz que a escola ainda está pautada em um modelo de educação que privilegia a naturalização das hierarquias de gênero envolto de preconceitos que se expressam principalmente na brincadeiras de sala de aula, reproduzidas pela escola, uma das responsáveis pela manutenção dos mecanismos de poder e desigualdades entre meninos e meninas no espaço escolar.

O silêncio conveniente que até então predominava, quer seja pela falta de coragem da própria vítima para denunciar a agressão sofrida, quer seja pela inexistência de profissionais ou órgãos que lhe desse apoio e ouvisse o seu clamor em busca de socorro, felizmente tem diminuído, à medida que se tornou frequente acompanhar pelos meios de comunicação casos de violência, especialmente contra crianças e adolescentes no ambiente escolar, o que tem encorajado as denúncias e movimentos de enfrentamento a essa violência.

No caso da violência sexual, estudo de Pamplona Filho (2006), aponta que assédio sexual é “toda conduta sexual não desejada que, embora repelida pelo destinatário, é continuamente reiterada, cerceando a liberdade sexual”. Veremos que essa categoria de violência, infelizmente, é a que mais se apresenta no cenário e no âmbito escolar e familiar.

Segundo dados do Mapa da Violência de 2015 de Júlio Jacobo, ao estabelecer o número e estrutura em percentual de atendimentos de mulheres pelo SUS, de acordo com o tipo de violência e etapa do ciclo de vida no Brasil no ano de 2014, observa-se uma preponderância de atendimentos femininos em todas as etapas da vida. A incidência vai crescendo a partir de certo equilíbrio entre os atendimentos a crianças, quando 54,1% são meninas, e aumenta até a idade adulta, quando 71,3% dos atendimentos são de mulheres e só 28,6% de homens.

Observa-se ainda que a violência física é, de longe, a mais frequente, presente em 48,7% dos atendimentos, com especial incidência nas etapas jovem e adulta da vida da mulher, quando chega a representar perto de 60% do total de atendimentos. Em segundo lugar, a violência psicológica, presente em 23,0% dos atendimentos em todas as etapas, principalmente da jovem em diante. Em terceiro lugar, a violência sexual, objeto de 11,9% dos atendimentos, com maior incidência entre as crianças até 11 anos de idade (29,0% dos atendimentos) e as adolescentes (24,3%). Merece destaque entre as crianças, a negligência/abandono por parte dos pais ou responsáveis na medida em que é registrado em 28,3% dos atendimentos nessa faixa, o que se observa também entre idosos elevados níveis de abandono (WAISELFISZ, 2015).

Estudando a temática, Camacho (2000) Marriel (*et al*), apontam duas formas básicas de violência na escola: física (brigas, agressões físicas e depredações) e não física (ofensas verbais, discriminações, segregações, humilhações e desvalorização com palavras e atitudes de desmerecimento), sendo a última, muitas vezes, disfarçada, mascarada e de difícil diagnóstico, podendo ter como agente tanto alunos, bem como professores e funcionários, isso em seus diversos arranjos, quer como protagonistas quer como vítimas.

Desta forma, este estudo buscará compreender todo esse processo multifacetado da violência contra adolescente no âmbito escolar, mas também, dialogando com outras ferramentas que antecedem a própria escola como reduto dessa violência. Identificar também, o perfil desses adolescentes e a dinâmica da violência.

O enfrentamento dos problemas relacionados à violência, exigem de todos uma nova maneira de se pensar a segurança pública, em especial pela capacidade de gestão da Segurança desenvolvida pelo Estado em desenvolver políticas públicas eficazes. Essa busca incessante nos leva necessariamente a acreditar na necessidade de se pensar na constante atualização dos aparatos utilizados no combate à criminalidade e direcionar um olhar especial ao ambiente escolar, local de socialização e disseminação do saber e ao mesmo

tempo, ambiente reforçador de preconceitos e violências, em especial às alunas, seus alvos frequentes.

Freire (1996, p.12) propõe uma reflexão sobre o ensino de forma sistemática, desenvolvendo temas relacionados à formação docente e a prática dessa formação, bem como todo o contexto que envolve este processo. Freire afirma que “a formação docente vai além do desenvolvimento da habilidade docente e que formar é mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” Nas palavras do autor, “não há docência sem discência”, revelando uma estreita relação existente no processo ensino aprendizagem. “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Ainda ressalta que ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes do educando, criticidade, estética, corporificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação e principalmente uma reflexão crítica.

No entanto, Bourdieu (2002), ressalta a existência de uma relação existente entre violência e poder. O autor denomina “violência simbólica” aquela que vai legitimar a dominação da classe e determinar suas relações sociais e seu contexto de acordo com seus interesses.

Já para Ribeiro (2013), não obstante o sistema político e o Estado de Direito tenham alcançado um relativo progresso, as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes denunciam os inúmeros desafios que ainda necessitam ser vencidos nessa área, em especial no que se refere aos agentes detentores de autoridade relacional com essas crianças e adolescentes, como os pais, professores, adultos e instituições.

No pensamento de Ferrari (2002) constata-se que a experiência de violência sexual poderá interferir no desenvolvimento infantil, considerando que a criança e o adolescente não têm ainda independência emocional e maturidade plena para dar seu consentimento informado, o que nos leva a crer que sua participação foi obtida mediante coerção física ou psicológica, violando as regras sociais e os papéis familiares.

No campo da saúde do trabalhador adolescente, Taquette (2007), enfatiza que são identificadas várias situações de violência que afetam as meninas de forma diferenciada, em especial quando se trata de trabalho doméstico. Isto se deve tanto à divisão sexual e técnica do trabalho quanto à invisibilidade das tarefas executadas no âmbito privado, fazendo com que mulheres das mais tenras idades sejam socializadas para exercer atividades de baixíssimo reconhecimento social, deixando-as expostas a ambientes vulneráveis e suscetíveis a acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. E, assim, Ockrente, (2011) ressalta que embora tenha sido necessário três milênios, chegou-se a constatação que promover as mulheres não é necessariamente uma maneira de diminuir os homens e, sim, uma garantia de equilíbrio e progresso para nossa sociedade.

Entre as questões que nortearão estudo estão: Identificar quais são os tipos de violência com maior incidência no âmbito da rede pública de ensino em Manaus? Qual o papel da Escola e do Estado no enfrentamento e na prevenção nesses casos? Quais as políticas públicas desenvolvida no combate a violência nas escolas? Quais os direitos humanos dos adolescentes mais violados nas escolas públicas em Manaus?

Desta feita pretende-se, com esse estudo, mapear os casos de violência em duas Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Médio do Estado do Amazonas e analisar a eficácia das ações da Secretaria de Educação (SEDUC) no enfrentamento desse tipo de violência. Para tanto, propõe investigar os diversos tipos de violências que ocorrem no ambiente escolar, identificar quais os reflexos da violência no processo de desenvolvimento da aprendizagem e na permanência dos estudantes adolescentes na escola e qual a eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e Secretaria Estadual de Educação no combate à essa violência.

Para a realização deste estudo, optou-se pela trajetória metodológica que privilegiasse uma abordagem quanti-qualitativa. Inicialmente buscou-se uma pesquisa a partir de levantamento de dados visando identificar casos de violência dentro de duas escolas públicas da Rede Pública Estadual de Ensino, em especial a referente à violência contra estudantes adolescentes dentro do

ambiente escolar e seus reflexos no desenvolvimento do processo de aprendizagem na cidade de Manaus, bem como saber quais as políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Educação para enfrentar o problema. Desta feita, a abordagem quali-quantitativa, demonstra ser apropriada, na medida em que envolve suposições filosóficas e a junção das duas abordagens tende a dar um suporte mais consistente ao estudo em apreço. (CRESWELL, 2010).

Quanto ao método procedimental utilizado para a obtenção dos resultados da pesquisa será utilizado inicialmente o bibliográfico e o estatístico onde se fará uso de dados secundários a partir de um estudo e análise dos dados coletados, materiais publicados em livros, periódicos, redes eletrônicas, entre outros. Posteriormente, mediante um Estudo de Caso, será realizada pesquisa de campo utilizando dados primários que serão colhidos a partir da aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas à estudantes adolescentes de duas escolas da Rede Pública estadual da cidade de Manaus.

A proposta inicial do estudo previa uma amostra composta de uma população de 300 (trezentos) estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino em duas escolas da Cidade de Manaus, sendo 150 (cento e cinquenta), distribuídas nos turnos: manhã, tarde e noite de cada escola. Entretanto, considerando a complexidade que o tema da violência escolar representa, observou-se várias recusas para participar da pesquisa, levando em consideração a não exposição diante de um tema considerado por muitos como bastante delicado. Diante desse contexto, foram computados 71 (setenta e um) participantes adolescentes na faixa etária compreendida entre os 14 aos 18 anos.

Aplicou-se também o questionário aos técnicos, professores e gestores das escolas, visando investigar os possíveis casos de violência existentes acerca das percepções desses profissionais diante das ocorrências de violência no ambiente escolar. Da mesma forma, encontrou-se dificuldade na participação de técnicos e professores que manifestavam claramente receio e pouco interesse em responder ao instrumento, alguns alegando sobrecarga de atividades, em virtude da cobrança pela entrega das notas, tendo em vista a

proximidade do final do calendário do ano escolar, sendo obtido apenas 15 (quinze) respostas de forma efetiva, muito embora tenha-se pretendido uma amostra de com uma população de 30 participantes do corpo técnico pedagógico.

O critério de seleção na escolha das duas escolas de ensino médio consistiu em visualizar dados obtidos em duas zonas distintas dentro da Cidade de Manaus, sendo uma de periferia, a Escola Estadual Antônio Maurity Monteiro Coelho e outra de uma zona mais central, a Escola Estadual Ângelo Ramazotti, buscando assim, através de uma análise comparativa as características ou semelhanças entre as duas instituições educacionais.

Faz-se oportuno ainda ressaltar que apesar da população escolhida para a amostra relacionar-se somente com adolescente de 14 a 18 anos, o referencial teórico trabalhado na pesquisa é um pouco mais abrangente, incluindo também crianças, mesmo porque esta é uma categoria que aparecem em muitos estudos, leis, de forma concomitante, bem como porque consiste em uma etapa da vida que precede a dos sujeitos em análise nesta pesquisa.

CAPÍTULO I - INFÂNCIA: A PRIMEIRA VÍTIMA DA VIOLÊNCIA E SUA CONCEPÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo, para melhor compreensão do complexo tema da violência contra adolescentes, necessário se faz tecer uma abordagem histórica sobre a infância e os caminhos por ela traçados na evolução dos direitos e garantias conquistados.

Remonta aos primórdios a dificuldade de se estabelecer de forma concreta, uma definição precisa de infância. Partindo desse pressuposto, a percepção do que vem a ser infância sofreu algumas mutações ao longo do tempo, pois, como afirma Postman, (2009 p. 29), a infância é um artefato social, não uma categoria biológica. Face às mudanças sobre o entendimento que se tem sobre a infância, bem como, a sua gradativa valorização, nota-se a ligação existente entre a criança e o adulto, seja no âmbito familiar ou social.

No mesmo sentido, como ressalta Ariès, (1978), a particularidade da infância não será reconhecida nem praticada por todas as crianças, pois na medida em que as suas condições sociais econômicas e culturais sendo diferenciadas impossibilitam que isso se concretize de forma homogênea para todas indistintamente.

O conceito de infância é um conceito bastante recente e foi construído de forma gradativa no decorrer do tempo. Segundo Azambuja (2011, p. 23), As mudanças na percepção, no entendimento acerca do sentido da infância estão diretamente ligadas nas relações que se estabelecem entre a criança e o adulto nos seus diversos âmbitos de atuação como na familiar, social, legal, bem como com o Estado.

Na antiguidade, a infância era praticamente ignorada, a vulnerabilidade da criança frente ao adulto era evidenciada e referendada na própria legislação existente¹. Durante a Idade Média o conceito de infância era muito impreciso e estendia-se até os sete anos, momento em que passavam a ter o domínio da palavra. Nesse período as crianças eram consideradas como um adulto em

¹ Código de Hamurábi (1728-1686) possuía 252 artigos e 64 deles regulamentavam sobre as relações familiares; As Leis de Rômulo (Roma); A Lei das XII Tábuas (303-304).

miniatura. A infância passou a ganhar maior visibilidade a partir do século XVIII e início do século XIX, quando propagou-se “a ideia de que as crianças representavam fontes humanas essenciais”, dependendo delas o futuro das nações. (AZAMBUJA, 2011, P. 25).

Nesse processo de mudanças de concepções e conquistas de direitos em relação à criança e ao adolescente vários instrumentos legais e normativos tiveram papéis fundamentais tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos², a Declaração dos Direitos da Criança³, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança⁴, O Primeiro Código de Menores⁵, o Segundo Código de Menores⁶, Constituição Federal de 1988⁷ e Estatuto da Criança e do Adolescente⁸.

Como bem destaca Azambuja, (2011, p.45) “a Constituição Federal de 1988 criou um sistema especial de proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, nitidamente inspirados na concepção de proteção integral”⁹. No mesmo sentido, O estatuto da Criança e do Adolescente,

² Proclamada em 10 de dezembro de 1948, enuncia em seu art. 25, 2 que: “A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais; Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social”; Em seu art. 26 afirma que: “toda pessoa tem direito à educação, devendo ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental”. Acresce ainda no ponto 2 do mesmo art. Que: “aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos”.

³ Proclamada em 20 de novembro de 1959, configura-se como um guia de atuação em favor da criança quer seja na esfera pública ou privada.

⁴ Foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 20.11 de 1989, e destaca-se por ser o primeiro instrumento internacional a apresentar as obrigações dos Estados com a infância, estabelecendo o mínimo que cada Nação deve garantir às suas crianças. Essa convenção considera como criança toda pessoa até dezoito anos incompletos. Foi ratificada pelo Brasil em 26.01.90.

⁵ Esse Código aplicava-se somente ao menor delinquente e desassistido. Entrou em vigor na vigência da Constituição Republicana de 1891 com o Decreto n. 17.943-A de 12.10.1927.

⁶ Lei 6.697/79, com esse Código passou a vigor no Brasil a Doutrina da Situação Irregular que conforme prevê em seu art. 2º, incluía como foco de sua atenção entre outros os privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória em virtude da falta, da ação ou omissão dos pais ou responsáveis.

⁷ Promulgada em 05 de outubro de 1988, essa Constituição destaca-se em ser o primeiro texto constitucional brasileiro a apresentar disposições expressas e minuciosas sobre os direitos da criança e do adolescente: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (AZAMBUJA, 2011, p.45)

⁸ A Lei 8.060/90, destacou-se como marco no cenário mundial como o primeiro diploma legal concorde com a evolução da chamada normativa Internacional, em especial com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, aprovada por unanimidade pela ONU em novembro de 1989. (AZAMBUJA,2011 p.47)

⁹ Por Proteção Integral, deve-se compreender o conjunto de mecanismos jurídicos voltados à tutela da criança e do adolescente. (BARROS, 2013 p.25).

atendendo ao comando Constitucional de 1988 elevou as crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos.

O fator idade tem importância fundamental na delimitação desses direitos garantidos às crianças, segundo Bittencourt, (2009 p. 17, 18) para a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, criança é todo ser humano menor de dezoito anos. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera a criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Nesse contexto, a proteção dos direitos da criança e do adolescente passa a ter um suporte dos Tratados Internacionais, referendado no bojo do texto Constitucional de 1988, incorporando a força dos valores e princípios inovadores desses instrumentos em defesa dos direitos humanos.

Apesar de todos esses avanços ainda persiste em nosso país e pelo mundo afora, dados estatísticos alarmantes no que tange à violência sexual de crianças e adolescentes, o que vem nos sinalizar a necessidade de mais atenção não só por parte das famílias, mas também por parte do próprio Estado enquanto responsável por cuidar e proteger seus direitos fundamentais.

1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OLHAR PEDAGÓGICO E PSICOSSOCIAL SOBRE O AMBIENTE FAMILIAR

Muito embora não seja um fenômeno recente, a violência doméstica familiar tem adquirido proporções bastante assustadoras, em especial pelo agravamento e incidência de diversos casos, bem como pelas grandes transformações sociais evidenciada nos últimos tempos. Por ser no âmbito privado, este tipo de violência encontra um grande entrave na sua resolução, pois o medo e a coerção existentes na maioria dos casos gera o silêncio, dificultando a denúncia e facilitando a propagação de inúmeras violências no âmbito familiar.

Outro fator que tem contribuído sobremaneira para o avanço dessa modalidade violência consiste no fato de vivermos em uma sociedade

eminentemente patriarcalista que se manifesta mediante uma forte estrutura de poder dentro do âmbito familiar, onde a mulher e a criança são os mais vulneráveis. Segundo Bittencourt, uma das mais

É no entendimento de Bittencourt (2009, p. 15) que vamos buscar o conceito amplo de violência doméstico- familiar entendida como:

Ação cometida por familiares que resulta em agressão física, psicológica, sexual ao companheiro, companheira, crianças e adolescentes, não importando que essa violência ocorra no âmbito doméstico ou fora dele, desde que exista uma relação de afetividade íntima, doméstica, ou familiar com o agressor. (BITTENCOURT,2009).

Para Azevedo e Guerra (1995, p.36), a definição de violência doméstica consiste em:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual, e/ou psicológico à vítima- implica de um lado, numa transgressão do poder dever do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO E GUERRA, 1995)

Assim, embora a violência possa ocorrer nos mais diversos espaços e momentos, é no interior da família que esta tem se propagado com relativa facilidade na medida em que como ressalta Bittencourt, (2009, p. 19), a maioria das ocorrências de violência familiar se desenvolvem em torno da dinâmica do poder existente entre os diversos laços de parentescos existente nessas relações. E no que concerne à questão do poder, a autora faz referência a Foucault, ressaltando que para ele, o poder está em toda parte, mas não porque englobe tudo, mas sim porque provém de todos os lugares e se exerce a partir de diversos pontos e em meio à relações desiguais, não é uma estrutura e nem tão pouco uma instituição, mas é um nome atribuído a uma situação estratégica complexa em uma determinada sociedade.

Dessa forma, a questão da violência familiar embora se tenha mais relatos de agressões masculinas contra crianças e adolescentes, ela não está restrita apenas ao gênero masculino.

Como bem enfatiza Bock (1999 p. 328), ressaltando a função social atribuída à família:

A função social atribuída à família é transmitir os valores que constituem a cultura, as ideias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas. Neste sentido, revela-se o caráter conservador e de manutenção social que lhe é atribuído: sua função social. (BOCK, 20 p. 328)

Nesse sentido, a família desempenha um papel fundamental, pois é nela que a criança adquirirá nos seus primeiros anos de vida a confiança para se desenvolver de forma saudável e harmoniosa. Assim, é extremamente importante que a família esteja fortemente preparada para desempenhar seu papel da melhor forma possível.

A família desempenha diversas funções na dinâmica do ambiente familiar – econômica, socializadora e reprodutora de ideologia - e no entendimento de Azevedo e Guerra (2015 p.69), o estudo da família não pode deixar de considerar que todas essas funções integram o cotidiano familiar e por isso mesmo, uma definição mais ampla e criteriosa de família não pode prescindir de articular o plano econômico ao cultural e psicológico.

É interessante lembrar que a família participa das inúmeras mudanças e interferências que ocorrem no mundo social, interagindo com as diferentes realidades históricas que, ensejando valores e vivências diversificadas no decorrer da sua função social. Nesse sentido, podemos mensurar como de fundamental importância a atuação da família no processo do desenvolvimento psicossocial do indivíduo, na medida em que é no interior da família que a criança irá internalizar os valores e cultura por ela produzidos, fortalecendo ou deteriorando os fundamentos básicos para a formação.

1.2 ESCOLA: O REDUTO DO ENSINO OU O “GUETO” DA VIOLÊNCIA?

Os ambientes escolares tem sido caracterizados como locais de constante tensão, pois são alvos frequentes de roubos, ameaças, abusos sexuais, danos a bens materiais e às mais diversas formas de violência quer seja no seu interior como no seu entorno. Visando amenizar a vulnerabilidade a que estão expostas, passou-se a reforçar sua segurança, mediante a

colocação de grades, câmeras de vídeo, e até mesmo com a presença da polícia pública ou privada. Na visão de Ana Bock, (1999, p.349) criou-se uma espécie de “clausura escolar” enclausurando-se crianças e jovens em nome da educação.

Considerando as profundas transformações socioculturais advindas nos últimos anos, pode-se dizer que a juventude da atual sociedade sofreu grandes mudanças profundas transformações se comparadas à juventude de tempos atrás. A relação do jovem com o ambiente escolar tem sido alvo de grandes discussões e debates, ensejando cada vez mais um descrédito na Instituição escolar, especialmente no que concerne a suas formas metodológicas.

Nesse contexto, como assinala Arroyo, (2007, p. 4) as reações à violência infanto-juvenil na sociedade e nas escolas estão ensejando uma espécie de redefinição e radicalização nos tradicionais paradigmas de classificação, segregação e marginalização de indivíduos, e especialmente de coletivos.

Assim, a despeito de ser um local que propicie além do saber, proteção e segurança aos que nela adentram, a escola passa a adquirir um outro status: o gueto da violência, na medida que é em seu interior que ocorrem inúmeras formas de violência. Isso nos conduz ao entendimento de que a violência juvenil tal como é colocada e exposta se ergue como um sério problema da contemporaneidade.

Acerca do tema, como bem leciona Bock (1999 p. 349):

É interessante registrarmos aqui que a escola, criada e sustentada pela sociedade com a finalidade de preparar o indivíduo para viver na sociedade e cujos elementos são todos advindos do meio social — conhecimentos, técnicas, desafios —, passa a ser pensada, nas teorias pedagógicas, como instituição isolada deste meio, como se nele não estivesse imersa. Criou-se, então, a ilusão de ser possível preparar o indivíduo para viver o cotidiano da sociedade estando ele de fora deste cotidiano, em um desvio — o desvio escolar. (BOCK, 1999 p.349)

Assim pensada, a escola realiza cada vez mais um distanciamento da sua realidade com a realidade de seus integrantes. Tomam-se decisões e formulam-se regras absolutas e inquestionáveis, os conteúdos são ministrados de forma descontextualizados com a realidade social, aliado a isso, a meritocracia centrada no esforço pessoal, configura-se como fator preponderante na determinação do sucesso ou do fracasso escolar.

No entender de (Bock,1999, p.353), a escola estabelece um vínculo ambíguo com a sociedade pois na medida em que é parte dela, trabalha para ela formando os indivíduos necessários à sua manutenção, também tem como tarefa zelar pelo desenvolvimento da sociedade, formando indivíduos capazes de produzir riquezas, de criar, inventar, inovar e transformar. Essa atitude segundo a autora, abre possibilidades para o surgimento de uma escola crítica e inovadora, contudo, ressalta que a mesma não pode ficar atrelada ao passado, ao antigo, à tradição.

Dessa forma, faz-se urgente e necessário repensar a forma como a escola vem tratando seu público, pois a despeito de tentar prepara-los está articulando um abismo entre ela e seus integrantes. Faz-se necessário e urgente que a escola estabeleça a adequação e articulação da vida escolar com o dia a dia da sociedade, como forma de fortalecer e garantir seu papel como transformadora dessa mesma sociedade ao qual está inserida.

CAPÍTULO II - A REDE PÚBLICA DE ENSINO EM MANAUS E A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Apesar dos grandes avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos, a escola pública a grosso modo não tem acompanhado as transformações com a mesma velocidade, pois parece que estabilizou suas técnicas e metodologias no tempo e no espaço. Os constantes embates dentro do seu ambiente evidenciam a falta de conectividade entre os diversos atores que a compõem, na medida em que há cada vez mais dissensos entre os gestores do sistema de ensino, em especial no que se refere aos seus objetivos e modos de funcionamento.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DA ESCOLARIZAÇÃO E DA “EDUCAÇÃO” PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS

O reconhecimento da escola como tempo-espaço público e as tentativas de sua configuração como pública têm sido uma das marcas dos embates político-pedagógicos das últimas décadas. Como relata Gonzalez Arroyo (2007), dois fatos contribuíram nessa configuração: a afirmação da educação como direito de todo cidadão, bandeira dos anos de 1980, e o reconhecimento da infância-adolescência como sujeito de direitos, bandeira dos anos de 1990, com o Estatuto da Infância e da Adolescência.

Com efeito, não obstante sempre tenha servido aos processos de seleção e exclusão social, a escola é pois, o local de interação de saberes, informações e aprendizados necessários à compreensão dos diversos questionamentos que veem à tona no cotidiano em constante processo de transformação. É também na escola que se encontra inúmeras formas de diversidade, embora muitos queiram igualar a todos com um número ou mesmo um uniforme. No entanto, as divergências mais frequentes começam a emergir quando as mais diversas pessoas passam a manifestar sua maneira de pensar e agir com a absoluta falta de respeito ao pensamento do outro, o que certamente leva a eclosão dos conflitos e discriminações de toda ordem.

O Sistema Educacional Brasileiro apresenta uma forte característica instrucionista, na medida que prioriza a aula, está priorizando a quantidade em detrimento da qualidade. É o que se verifica quando a própria Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

aumentou de 8 (oito) para 9 (nove) anos o tempo destinado ao Ensino Fundamental, e estabeleceu a introdução das Escolas de tempo Integral. De nada vale aumentar o tempo do aluno na escola se esse tempo não estiver atrelado a ações que envolvam aprendizagens significativas de qualidade que sirvam para a vida toda do aluno.

Na concepção de Libâneo, (2012, p.336) quatro concepções de escola podem ser destacadas de forma bastante distintas. A primeira, considerada conservadora, adota a visão da pedagogia tradicional, em que a escola tem como função responder às demandas da sociedade, preparando para o mercado de trabalho, para o vestibular, assumindo seu papel de transmissão de conteúdo. A segunda é a escola de Integração Social, oriunda de políticas educacionais formuladas por organismos internacionais para países pobres, também de cunho conservador, e baseia-se num conteúdo mínimo para a sobrevivência social e numa organização escolar voltada no convívio social a fim de conter conflitos sociais originados pelo multiculturalismo de raças, etnias e religiões. A terceira, é a escola de integração social de cunho sócio crítico, que utilizando uma visão culturalista busca estruturas de funcionamento curricular e organizacional com base no convívio social, respeitando as diferentes identidades culturais e de construção social do conhecimento, como forma de intervir criticamente na vida política e social. Segundo Libâneo, diante dessa visão não haveria uma separação rígida entre conhecimento escolar” e conhecimento “cotidiano”, vez que ambos configuram-se como objetos culturais, social e culturalmente construídos. A quarta concepção consiste na escola entendida como formação cultural e científica, que define o papel da escola como lugar de apropriação pelos alunos da experiência socialmente desenvolvida, sem no entanto, deixar de considerar a experiência sociocultural concreta dos alunos, unindo o mundo do conhecimento sistematizado com as formas de conhecimento local.

As duas últimas concepções destacadas pelo autor, estão situadas dentro de uma perspectiva sociocrítica, inserindo na dinâmica da escola a problemática cultural que se expressa nas inúmeras diferenças existentes nos processos de relações desenvolvidos no interior da escola, em especial aquelas que privilegiam o respeito à diversidade e solidariedade.

Assim, o principal e mais importante papel da escola deve ser fazer com que seu aluno tenha uma boa aprendizagem e que esta seja significativa e favoreça seu desenvolvimento como cidadão.

2.2 APRECIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ADOLESCENTES DAS ESCOLAS EM ANÁLISE

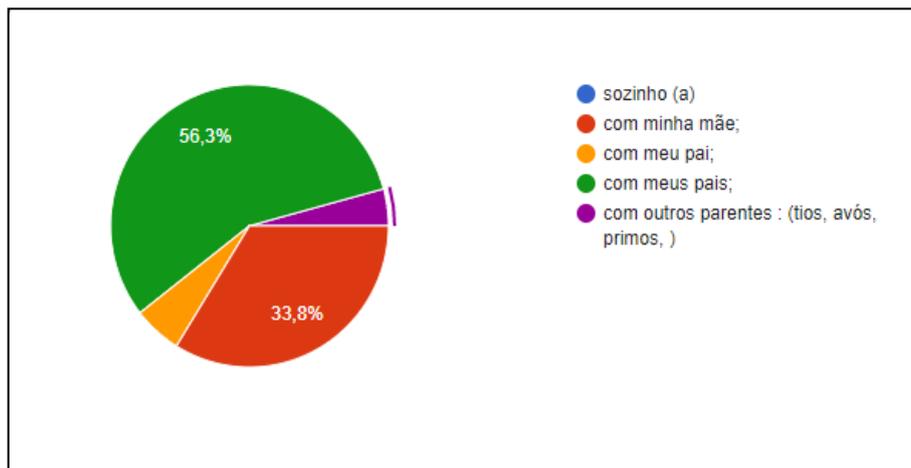
A amostra está composta de uma população de 71 participantes na faixa etária de 14 a 18 anos de idade, distribuídos entre o primeiro e terceiro ano do Ensino Médio. Desse total de participantes, 50,7 pertencentes ao sexo masculino e 49,3 ao sexo feminino.

No que concerne à indagação sobre a prática de alguma atividade remunerada, apenas 11,3% afirmaram que estão exercendo atividade remunerada, geralmente relacionada ao Programa Menor aprendiz, onde os mesmos recebem como estagiários no turno parcial, oposto ao frequentado na escola. Muitos jovens adolescentes anseiam por exercer o mais cedo possível uma atividade remunerada, em especial, os de baixa renda, para ajudar a manutenção das despesas de casa, que conforme se pode observar pelo resultados do Gráfico 2, a grande maioria dos participantes (40%) apontaram ter em sua residência 5 ou mais pessoas.

Dentre a população avaliada, apenas 26,8 %, relatam a participação em algum grupo social na comunidade ou religioso. Conforme relata Campos, (1987, p.117), ao procurar sua identidade, o adolescente utiliza-se do comportamento defensivo na busca de uma uniformidade que lhe assegure segurança e estima pessoal. Esse espírito de grupo, segundo a autora, proporciona uma superidentificação de massa, onde todos se identificam com cada um. De fato, a ligação grupal adquire assim, uma enorme importância na medida em que o grupo adquire um caráter de reforço e apoio na busca e afirmação da sua identidade.

O **Gráfico 1** indica que entre os participantes da amostra, 53,6 % residem com os pais, 33,8% afirmaram viver apenas com a mãe, 5,6% apenas com o pai e 4,2% com outros parentes.

GRÁFICO 1: Com quem residem os estudantes



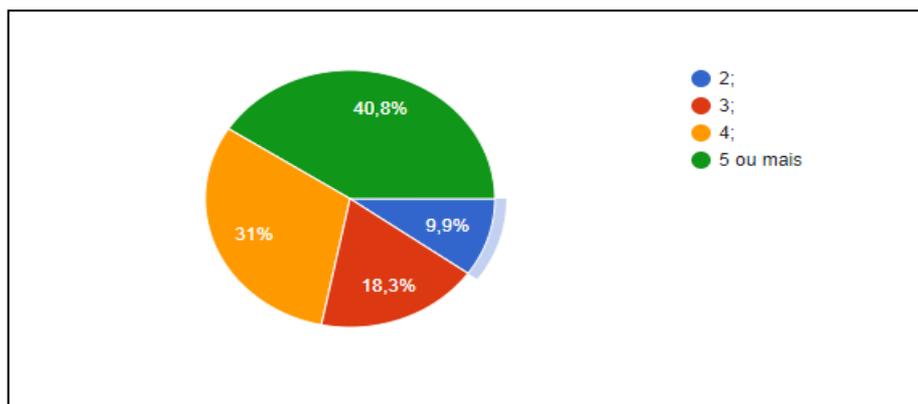
Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2017.

A relação do ambiente familiar com o êxito e desempenho do indivíduo em seus diversos aspectos, tem merecido a atenção de alguns autores, como Ferreól, Gilles, (1954):

O quadro de referência dominante na família torna perenes certos engajamentos (preferências partidárias, crenças religiosas, projetos profissionais), da mesma maneira que os preconceitos aos quais somos expostos desde a mais tenra idade não sucumbem com facilidade. Essa “sedimentação” é o cerne da abordagem psicanalítica. O contato com a mãe adquire uma importância capital e se expressará no adulto por mecanismos de “projeção”, “recalque” ou “sublimação”. Uma identificação bem resolvida atenuará a ansiedade de perseguição”, oferecendo a possibilidade de melhor reagir aos revezes da sorte. (FERREÓL, GILLES,1954)

Dessa forma, a figura da mãe, que apesar das inúmeras transformações ocorridas no que se refere aos diversos papéis desempenhados pela mulher, ainda nos dias atuais desempenha uma enorme importância na responsabilidade pelo acompanhamento e desenvolvimento dos filhos. Ademais, o itinerário do desenvolvimento escolar de cada indivíduo, as expectativas de emprego, ou de formação profissional, são afetados de forma bastante significativa, a depender da categoria sócio profissional dos pais.

GRÁFICO 2: Quantidade de pessoas no ambiente familiar dos estudantes



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2017.

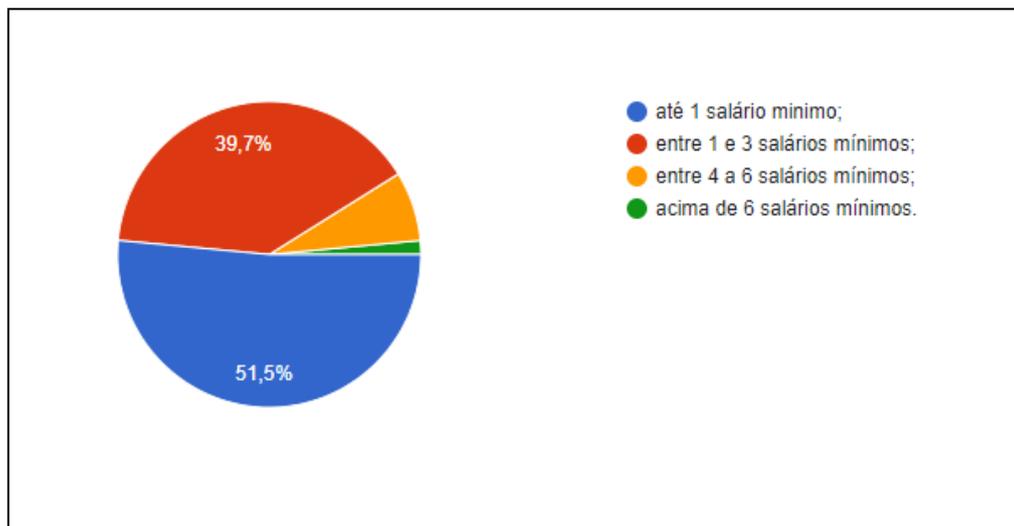
Conforme mostrado no **Gráfico 2**, do total de estudantes consultados, 40,8%, pertencem a famílias compostas por 5 ou mais pessoas, 31% composta por 4 pessoas, 18,3% por 3 pessoas e apenas 9,9% possuem apenas 2 (duas) pessoas. Ao relacionarmos a quantidade de pessoas e renda familiar, verifica-se a precariedade em se estabelecer o mínimo existencial para sobrevivência dessas pessoas, o que certamente vai dar ensejo à inúmeras dificuldades de toda ordem, e em especial no fato de possibilitar por parte dessas famílias um acompanhamento efetivo nos estudos e desenvolvimento escolar de seus filhos.

Outro fato relevante diz respeito à renda familiar conforme se observa no **Gráfico 3**, mais da metade da população relatou possuir uma renda de até um salário mínimo cerca de 51,5%, enquanto 39,7% alegaram ganhar ente 1 (um) e 3 (três) salários mínimos, 7,4% ganham de 4 (quatro) a 6 (seis) salários mínimos e apenas 1,5% ganha acima de 6 salários mínimos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam no terceiro trimestre de 2017, uma taxa de desemprego no País de 12,4%, representando um montante de desocupação de aproximadamente 13 milhões de brasileiros. Manaus consegue superar essa taxa nacional, destacando-se como a capital de maior índice de desocupação¹⁰ do país, com uma taxa de 21,1%. Esses dados revelam a grande dificuldade pela qual essas famílias passam para conseguir

¹⁰ Este percentual é calculado a partir da proporção de pessoas desocupadas em relação à população que estava ou poderia estar trabalhando no período (pessoas com 14 anos ou mais).

alimentar, vestir, educar seus filhos com uma renda média de apenas um salário mínimo.

GRÁFICO 3: Renda familiar dos estudantes participantes da pesquisa.



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2017.

Quanto à escolaridade do pai dos participantes da pesquisa, chama a atenção a precariedade do nível escolar apresentado, pois 45,5% possuem o ensino médio completo, 22,5% possuem o ensino fundamental incompleto, 16,9% possuem o Ensino Fundamental completo e apenas 14,1% possuem nível superior. Dentre os participantes nenhum deles possuem pais que tenham realizado algum curso de Pós Graduação.

Os resultados da escolaridade da mãe, ficam bastante assemelhados ao da escolaridade do pai, onde 50,7% delas possuem Ensino Médio completo, 19,7% possuem nível superior, 15,5% possuem Ensino Fundamental completo e 14,1% possuem Ensino Fundamental incompleto.

2.2.1 Uma Reflexão aos Dados Obtidos

Nossas atitudes são fortemente influenciadas pela cultura que assimilamos no decorrer de nossa existência. Assim, nossas percepções e

condutas em matéria de ordem moral, religiosa, de educação entre tantas outras, se diferenciarão e será influenciada pela origem social, idade, status econômico ao qual pertencemos. Desta feita, os resultados aqui apresentados, embora permeados de cuidadosa observação à sua fidedignidade, devem ser vistos com parcimônia na medida que fazendo análise de um tema bastante delicado e complexo, deve-se levar em consideração que muitas pessoas se esquivam em expor alguns dados considerando haver por parte de seus “superiores” alguma forma de represália, ou coação diante das respostas.

Quando indagados se acham a escola um lugar seguro, 50,7%, responderam que sim, contra 49,3% que responderam não.

Ao ser indagados se já sofreram algum tipo de violência física na escola praticada por gestor(a) professor (a) pedagogo (a) ou outro funcionário, em sala de aula ou em outro ambiente da escola, 16,9% responderam de forma afirmativa, e entre os tipos de violência destaca-se 45,5% foi empurrão, 18,2% foi tapa ou soco, 18,2% foi puxão de cabelo e 1,2% se enquadram em outros tipos de violência.

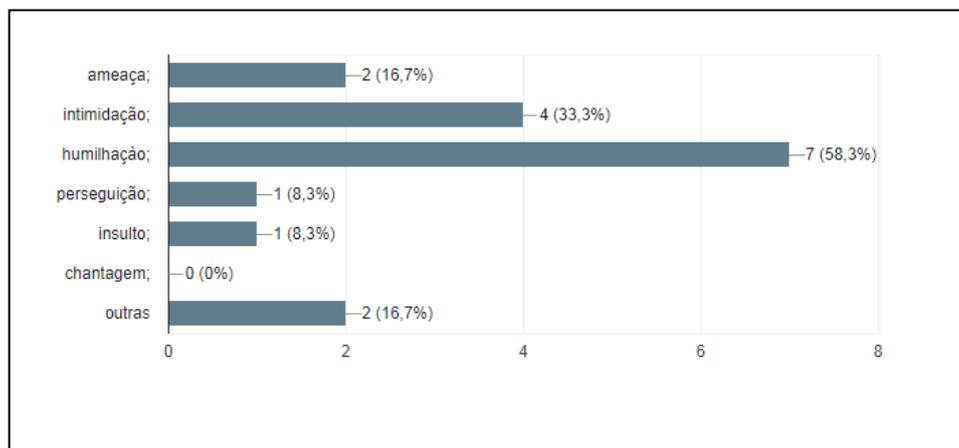
Da mesma forma ao serem indagados se presenciaram algum(a) colega sendo de vítima de violência física na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola, somente 25% responderam já terem presenciado algum tipo de violência, e entre as modalidades destacam-se: empurrão 43,8%; outros tipos de violência 31,3%; puxão de cabelo de forma violenta 12,5%; e tapa ou soco 12,4%.

Ao serem indagados se soube de algum colega que já foi vítima de algum tipo de violência física na escola praticada por gestor(a) professor (a) pedagogo (a) ou outro funcionário, em sala de aula ou em outro ambiente da escola, 21,1% responderam que sim, e dentro desse percentual 38,9 % ficou como outros tipos de violência não mensurado, 27,8% como empurrão, 6,6% como tapa ou soco e 5,6% como puxão de cabelo de forma violenta.

No que se refere à violência psicológica praticada na escola por gestor(a) professor (a) pedagogo (a) ou outro funcionário, em sala de aula ou em outro ambiente da escola, 15,5% dos alunos alegaram que sim. Conforme

demonstrado no **Gráfico 4**, a humilhação foi a violência psicológica mais presente nas respostas dos alunos participantes da pesquisa.

GRÁFICO 4: TIPOS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOFRIDAS PELOS ESTUDANTES DA ESCOLA EM ESTUDO.



Fonte: Pesquisa de campo do próprio autor, 2017.

Da mesma forma, ao ser indagado se já presenciou algum colega sendo vítima de algum tipo de violência psicológica física na escola praticada por gestor(a) professor (a) pedagogo (a) ou outro funcionário, em sala de aula ou em outro ambiente da escola, 23,9% responderam afirmativamente e dentre esses tipos de violência, 56,3% restringiram às intimidações, 37,5% foram humilhações, 31,3% insultos, 12,5% foi chantagem e 6,3% foi perseguição.

No que se refere à violência sexual no ambiente escolar praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a), ou funcionário em sala de aula ou em outro ambiente da escola, a grande maioria dos alunos 93% negou já ter sofrido esse tipo de violência. 7% dos alunos afirmaram já ter sofrido violência sexual e entre os tipos de violência deste grupo destacam-se: assédio sexual - constranger alguém com intuito de receber favores sexuais (20%), abuso sexual oral (20%), telefonemas ou mensagens obscenas (20%).

Os estudantes foram questionados também se já testemunharam algum colega sendo vítima de algum tipo de violência sexual na escola praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário em sala de aula ou em um outro ambiente da escola e somente 5,6% afirmou já ter presenciado algum tipo de abuso. Quando questionados os tipos de abusos testemunhados, o

assédio sexual – constranger alguém com intuito de receber favores sexuais representou 50% das respostas, seguido do exibicionismo ou atos libidinosos (25%).

Na sequência, far-se-á uma apreciação do perfil sócio econômico do corpo técnico pedagógico¹¹ das duas escolas avaliadas, não obstante essa população não se configure como objeto principal em estudo.

Consideramos como relevante também identificar junto a esses profissionais qual a percepção da violência no ambiente de trabalho, pois a interação com os estudantes é diária e direta no ambiente escolar, não podendo dessa forma prescindir de uma breve análise.

2.3 APRECIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO CORPO TÉCNICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS EM ANÁLISE

Muito embora essa população não representasse o objeto principal da pesquisa em apreço, também participou da população ao qual foi aplicado o instrumento de pesquisa. Entre a amostra da população do corpo técnico pedagógico, (gestor, pedagogo e professores), participaram 15 pessoas. Desse contingente de amostra, 60% pertencem ao sexo feminino e 40% ao sexo masculino e todos estão acima dos 30 anos de idade; 40% deles também trabalham em outra escola. Quando indagado acerca do nível de escolaridade, 60% informaram possuir apenas a graduação em nível superior, 33,3 % possuem especialização e apenas 6,7% o título de Mestre. Entre os participantes, 40% trabalham na escola há mais de 3 (três) anos, 33,3% estão na escola a um ano, e 26,7 % estão trabalhando a mais de dois anos na escola.

Sobre a percepção dos profissionais acerca da violência, ao serem indagados se consideram a escola onde trabalha um lugar seguro, 53,3 % relataram que não, muito embora entre toda a população participante da pesquisa, 6,7 % tenha afirmado já ter sofrido algum tipo de violência física praticada no ambiente escolar mediante tapa ou soco. No que se refere a indagação de já ter sofrido algum tipo de violência psicológica no âmbito

¹¹ Enquadram-se nessa população os gestores, pedagogos, e professores das duas escolas, preponderando na sua grande maioria os professores.

escolar, 53,3% (8) responderam de forma afirmativa, destacando entre os tipos de violência psicológica a intimidação com 75%, seguida da ameaça com 62,5% e humilhação com 62,5%, insulto com 50%, perseguição com 37,5%, chantagem com 12,5% e outras 12,5%.

Esses resultados refletem a grande dificuldade de trabalho enfrentada também pelos profissionais da educação nas escolas públicas avaliadas. Muitos alegaram a impossibilidade de participarem da pesquisa tendo em vista a imensa quantidade de provas para aplicar, corrigir, lançar no sistema. São frequentemente cobrados e exigidos para a entrega de notas e resultados dentro dos prazos. A intensa dinâmica de trabalho os impossibilita de realizar uma atualização de conhecimentos e saberes de forma adequada. Isso fica evidenciado no baixo percentual de professores com alguma pós graduação em seus currículos profissionais. Aliado a isso, deve-se considerar a baixa remuneração recebida pela classe docente, o que certamente reflete na baixa valorização do seu trabalho, obrigando muitas vezes que desenvolvam mais de quarenta horas semanais de trabalho para suprir suas mínimas necessidades de subsistência.

A formação continuada dos profissionais da educação com previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) ¹² é outro tema que precisa ser olhado com mais atenção. A preparação dos docentes é de fundamental importância para que se tenha profissionais motivados e preparados na busca de uma educação de qualidade. Ademais, com professores preparados e seguros de sua missão, a escola passará a ser um local mais agregador, propiciando assim, um ambiente mais pacífico e menos violento para todos os seus integrantes.

¹² Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

CAPÍTULO III - O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO ESCOLAR

A prática da violência constitui-se como um fenômeno bastante antigo e universal, em especial a violência sexual contra crianças e adolescentes, na medida em que ocorre nos mais diversos tempos e lugares. Regra geral, a maioria dos estudos nessa área tem centrado suas atenções para a vítima e em especial aos danos emocionais deixados na criança ou adolescente. A partir de uma revisão da literatura e análise de material pesquisado, este capítulo tem por escopo identificar os possíveis impactos que o abuso sexual pode provocar no desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente a ele exposto no âmbito escolar.

Sendo um problema complexo e de origem multifatorial, falar sobre violência nunca foi e será um tema fácil. Acredita-se que a violência em seu sentido lato, tenha sua origem em diversos fatores como pobreza, meios de comunicação, acesso às armas de fogo, drogadição e violência familiar.

A repulsa de profissionais que estudam a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes é de tão grande que até pouco tempo atrás muito pouco se sabia sobre a personalidade e o perfil do agressor, restando à este apenas puni-lo com a prisão. Percebeu-se, contudo, que o afastamento do agressor também afasta a possibilidade de se solucionar os problemas relacionados ao tema.

A violência praticada contra crianças e adolescentes vislumbra-se como uma das mais deletérias na medida em que agride e viola seus direitos fundamentais, pois além de deixar sequelas físicas, deixa também marcas emocionais e psicológicas que podem perdurar por toda sua existência, repercutindo tanto em sua vida afetiva como na profissional.

Segundo Azambuja, Ferreira & Cols, (2011), um dos desafios impostos aos profissionais dispostos a trabalhar com violência familiar é o de se posicionar contra a violência, e não contra a pessoa que a exerce. Dessa

forma, faz-se necessário interessar-se pela pessoa do abusador e mostrar empatia com suas experiências, o que realmente é um grande desafio.

Apesar de não ser um consenso entre os autores, alguns defendem a ideia de que a pessoa que abusa sofreu abuso na infância. O que parece ser um consenso é a ideia que a violência sofrida por crianças e adolescentes afeta significativamente o seu desenvolvimento psicossocial, especialmente aquelas que ainda não possuem a sua estrutura psicológica consolidada, o que vai representar futuras sequelas, por vezes irreparáveis.

Nesse sentido, um Estado Democrático de Direito deve ter como premissa prevenir e enfrentar de todas as formas a violência contra crianças e adolescentes para garantir uma sociedade futura mais justa, equânime e harmônica.

Assim, o presente estudo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão da literatura e análise de material pesquisado, tendo por escopo identificar os possíveis impactos que o abuso sexual pode provocar no desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente.

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Observa-se certa divergência entre os autores no que concerne ao aspecto conceitual do termo violência sexual, ao que alguns denominam abuso sexual, outros violência sexual e ainda vitimização sexual entre outros.

Para Bourdieu (2014, p. 144), “a sexualidade como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diversos campos e de suas lógicas específicas”. Ressalta ainda que:

Os esquemas do inconsciente sexuado não são “alternativas estruturantes fundamentais” (*fundamental structuring alternatives*) como quer Goffman, e sim estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social, por sua vez altamente diferenciado, e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços. É assim que a inserção em diferentes campos organizados de acordo

com posições (entre forte e fraco, grande e pequeno, pesado e leve, gordo e magro, tenso e solto, hard e soft, etc.) as quais mantêm sempre uma relação de homologia com a distinção fundamental entre o masculino e o feminino e as alternativas secundárias em que ela se expressa (dominante/dominado, acima/abaixo, ativo penetrar/passivo/ser penetrado), vem seguida da inscrição, nos corpos de uma série de oposições sexuais homólogas entre elas e também à oposição fundamental.(BOURDIEU,2014 p. 145)

A partir dessa abordagem podemos inferir o quanto esses conceitos de gênero, poder e sexualidade exercem uma importância crucial para que se possa compreender o complexo fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes de forma mais ampla.

A Organização Mundial da Saúde define abuso sexual infantil como: “qualquer atividade sexual,¹³ envolvendo uma criança incapaz de dar seu consentimento.” A OMS também ressalta que as definições para violência contra crianças e o adolescente tendem a variar conforme as visões culturais e históricas, bem como em virtude do cumprimento de direitos e regras sociais e cuidados relacionados à ela. Dessa forma, há uma tendência de uma constante ampliação, considerando a ocorrência de uma maior conscientização da necessidade de respeito e valorização cada vez maior do bem estar da criança e do adolescente e dos efeitos que a violência tende a causar em seu desenvolvimento.

Na concepção de Faleiros (2000, p.46), violência sexual é definida como “uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em processo de desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios.”

Azevedo & Guerra, (1989, p. 42) ressaltam que o conceito de abuso ou vitimização sexual está longe de ser preciso, contudo, citando Myre, (1986), diz ser possível considerar como tal:

“(…) todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. (MYRE,1986, apud AZEVEDO & GUERRA,1989)

¹³ Segundo a OMS, essa definição inclui: intercurso vaginal /anal, contato gênito-genital, carícias em partes íntimas, masturbação, exposição a pornografias ou adultos mantendo relações sexuais.

Segundo Azevedo & Guerra (1989, p. 35), “o abuso-vitimização de crianças consiste, pois, num processo de completa *objetalização* destas, isto é, de sua redução à condição de objetos de maus-tratos”. As autoras destacam ainda que acerca do tema, a literatura destaca três formas privilegiadas de abuso-vitimização: a física, a psicológica e a sexual.

3.2 OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA

Azevedo & Guerra (1989, p. 144) relatam em sua obra um quadro elaborado por Mrazek e Kemp¹⁴, onde compilaram os possíveis efeitos a curto e longo prazo da vitimização sexual contra crianças e adolescentes, tomando por base a revisão de 50 anos de pesquisa realizada sobre o tema.

QUADRO I

Os efeitos do abuso sexual infantil

Uma revisão dos possíveis efeitos a curto prazo na infância e adolescência

Problemas de ajustamento sexual	
Preocupação com assuntos sexuais	Moses – 1932 Bender/Blau – 1937
Aumento das atividades masturbatórias	Isacs – 1933
Súbito aumento das atividades heterossexuais	Moses – 1932
Durante o estágio pré-pubertário, desenvolvimento prematuro e discrepante dos interesses e da independência do Adolescente.	Blender /Blau – 1937
Desespero relativo à inabilidade para controlar as demandas sexuais.	Blender/Blau – 1937
Doenças venéreas	Branch/Paxton – 1965
Gravidez	Mehta et al. – 1979
Identidade feminina deteriorada	Heims/ Kaufman – 1963
Exibição de delinquência sexual, aparentemente	Ribonovich – 1952

¹⁴ Mrazek, P.B. & Kemp, C. H. Sexually abused children and their families. New York, Pergamon Press, 1981, pp. 242-243.

sem objetivo e não apreciada	Kaufman et al – 1954
Promiscuidade	Sloane/ Karpinski -1942 Maisch – 1972 Lukianowicz 1972
Promiscuidade	Sloane/ Karpinski -1942 Maisch – 1972 Lukianowicz 1972
Homossexualidade	Kaufman et al. 1954 Heims/ Kalfman -1963 Meiselman – 1978
Prostituição	James / Meyerding – 1977
Abuso sexual de crianças menores	Meiselman – 1978
Problemas Interpessoais	
Confusão reeferente às relações sociais	Bender/ Brau - 1937
Pavor em relação a contatos com adultos	Kinsey et al. 1953 Peters – 1976
Interações dependentes e hostis com mulheres mais velhas	Kaufman et al. – 1954
Choque decorrente da relação dos pais à descoberta do abuso sexual	Landis 1956
Busca crescente de afeição por parte dos adultos	Burton – 1968
Fugas do lar	Kaufman et al. 1954
Ideação de homicídio	Dixon et al. 1978
Problemas Educacionais	
Dificuldades de aprendizagem	Kaufman et al – 1954 Rosenfeld et al. – 1977
Retardo mental	Bender/ Brau – 1937
Vadiagem	Peters – 1976
Outros sintomas Psicológicos	
Perda da auto estima	De Francis – 1965 Rosenfeld et al. – 1977
Culpa ou vergonha	De Francis – 1965 Rosenfeld et al. – 1977
Sintomas de nervosismo, tais como roer as unhas	Burton – 1968
Atitude pessimista ou desumana	Bender/ Brau – 1937
Obesidade	Meiselman – 1978
Fachada de maturidade e capacidade para responsabilidade	Kaufman et al. 1954
“Estágio Infantil”prolongado ou revertido	Bender/ Brau – 1937 Meiselman – 1978
Sintomas somáticos	Lewis / Sarrel – 1969 Maisch – 1972 Dixon et al. 1978
Distúrbios do sono incluindo pesadelos	Peters – 1976
Comportamento impulsivo e autodestrutivos	Dixon et al. – 1976

Outro problemas comportamentais e delinquência.	Maisch – 1972 Nakashima/ Zakus – 1977
Tendência a fugir das atividades de uma infância normal	Bender / Brau – 1937
Depressão	Ferenczi -1937 Kaufman et al. – 1954 Nakashima/ Zakus – 1977
Ideação de suicídio	Forbes – 1972 Maisch – 1972 Mehta et al. – 1979
Desordem de caráter	Maisch – 1972
Estudos que não encontraram efeitos deletérios	
Nenhuma correção ou atenção especial no tocante às atividades sexuais	Bender/ Grugett – 1952
Nenhum efeito perverso específico	Burton – 1968
Ausência de distúrbios subsequentes	Gibbens/Prince – 1063 Lempp – 19
Nenhum dano grave	Yorugoglu/Kemph – 1966
Bom ajustamento	Rasmussen – 1934
Contribui favoravelmente para o desenvolvimento psicosexual	Kinsey et al. – 1953

Fonte: Mrazek & Kempe (1981)

Direcionando a atenção aos resultados do Quadro I, observa-se que na grande maioria, todos eles se revestem de elevada gravidade, contudo nosso foco para o Quadro I onde estão localizados os possíveis efeitos a curto prazo na infância e adolescência nos induz a focalizar os problemas educacionais, uma vez que estes mantêm estreita relação ao tema desta pesquisa, mostrando com isso, a possibilidade de alguns distúrbios ocasionados por abuso sexual interferirem no desempenho escolar de nossos adolescente de forma bastante considerável, bem como no seu relacionamento com outras pessoas. Dentre os efeitos ressaltam-se: dificuldade de aprendizagem, retardo mental e vadiagem.

Realizando uma análise comparativa entre o Quadro I e o quadro II, identifica-se uma predominância dos sintomas psicológicos em ambos os quadros. Outro detalhe que merece destaque, consiste nos problemas de ordem educacional que desponta apenas a curto prazo,

QUADRO 2

Os efeitos do abuso sexual infantil

Uma revisão dos possíveis efeitos a longo prazo na idade adulta

Problemas de ajustamento sexual	
Aversão `atividade sexual	Greenland – 1958 Magal/ Winnik -1968
Relações sexuais insatisfatórias	Rosenfel et al. 1979
Disfunções sexuais, incluindo frigidez	Lukianowichz – 1972
Geração de filhos ilegítimos	Malquist et al. – 1966
Promiscuidade	Sloanne/Karpinski – 1942 Lukianowichz – 1977
Homossexualidade	Medlicott -1977 Gundlasch – 1977
Prostituição	Fluget 1953 James/ Meyerding – 1977
Participação em relações incestuosas	Raybin – 1969
Negligência na proteção dos próprios filhos, no que respeita a abuso sexual	Katan – 1973
Abuso sexual de crianças	Raphling – 1967 Reichental – 1979
Impulso no sentido de praticar abuso sexual violento em crianças	Armstrong – 1978
Problemas Interpessoais	
Conflito ou medo do marido ou companheiro	Meiselman -1978
Conflito com pais ou padrastos	Vestergaard – 1969 Herman/Hischman – 1977
Isolamento social e dificuldades no estabelecimento de relações humanas de carácter íntimo.	Steele /Alexander – 1981
Outros sintomas Psicológicos	
Baixa auto-estima e sentimento prolongado de desamparo	Steele /Alexander – 1981
Sintomas somáticos	Goodwin -1979 Meiselman -1978
Obesidade	Meiselman -1978
Depressão crônica	Weiner – 1964 Rosenfeld et al. 1977
Masochismo	Meiselman -1978
Neurose	Meiselman -1978
Identidade não integrada	Katan – 1973
Desordens de carácter	Lewis/Sarrel 1969

	Lukianowicz -1972
Psicose/esquizofrenia	Barry 1965 Peters 1978
Ideação de suicídio	Rhinehart -1961
Assassinato	Brown 1963
Estudos que não encontram efeitos deletérios	
Essencialmente normal, livre de grandes desordens de personalidade (neuroses ou psicoses)	Lukianowicz – 1972
Nenhum problema sexual	Lukianowicz – 1972 Meiselman – 1978
Pode diminuir as chances de psicose numa pessoa anteriormente submetida a grave estado de melancolia	Rascovsky/ Rascovsky -1950

Fonte: Mrazek & Kempe (1981)

Fazendo referência ao Quadro II, merecem destaque os problemas de ajustamento sexual que refletem seus efeitos a longo prazo na idade adulta e entre eles destacam-se: aversão à atividade sexual; participação em relacionamentos incestuosos; relações sexuais insatisfatórias; Diante desses efeitos, podemos inferir os mais diversos impactos de natureza grave que podem interferir no desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais. Dos estudos apresentados por Mrazek & Kempe (1981), Azevedo, (1989 p. 150) ressalta-se que embora nem toda homossexualidade seja de natureza problemática, esta pode ser a realidade em muitos casos de vitimização sexual de crianças e adolescentes.

Observa-se ainda que alguns poucos estudos relatam ausência de efeitos danosos, o que induz Azevedo a atribuir o referido resultado a alguma dificuldade de natureza metodológica empregada na obtenção dos mesmos.

Segundo Rouyer (1997, p. 62), a maioria dos autores comungam em reconhecer que a vítima de abuso sexual corre o risco de uma psicopatia grave que tende a perturbar sua evolução psicopatológica, afetiva e sexual. Ressalta o autor que para isso, vários fatores se intrincam, como o contexto no qual ela ocorre, a idade e a maturidade fisiológica e psicológica da vítima:

O conhecimento do contexto onde a criança cresce é, portanto, essencial: sabemos que o incesto é sintoma da disfunção familiar, que existe uma disfunção de papéis e de gerações. A criança sofre de carências afetivas, pois ela é uma possessão de seus pais e não um sujeito que tem suas próprias necessidades e desejos; essa

condição torna-a mais vulnerável ante o desejo do adulto. Do mesmo modo, certos abusos ocorrem com crianças afetivamente carentes, que respondem à sedução do mesmo que este seja um desconhecido; é o caso das relações pedófilas: a criança é seduzida por aquele que lhe dedica uma atenção que ela não recebe dos pais. (GABEL, 1977 p. 65)

Ocorre, entretanto, que estamos nos referindo à violência cometida contra crianças e adolescentes, isso se torna bem mais complexo e traumático, pois como ressalta Azambuja:

Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento da criança e do adolescente está se referindo à sua imaturidade, ou seja, ao seu incompleto estágio de desenvolvimento físico, mental e psicossocial, o que os diferencia dos adultos. (AZAMBUJA, 2011 P. 170)

Acerca do Estatuto da criança e adolescente, Mota, (2016 p.89), considera que o diploma legal, não obstante as inúmeras denominações a ele atribuídas, consiste em um verdadeiro sistema punitivo voltado aos jovens, ressaltando ainda que, o fracasso na recuperação de jovens, evidenciado na reiteração de condutas violentas, em especial àquelas expostas na mídia, traz à tona no seio da sociedade o desejo de punições mais severas e o anseio pela redução da maioria penal, o que no entender da autora, não parece significativo, na medida em que a inserção deste jovem mais cedo no sistema só lhe traria a perspectiva de mais um estigma.¹⁵

Nesse sentido, podemos perceber que diante de uma situação de risco ou de trauma cada indivíduo poderá agir de forma diferenciada dependendo da gravidade e da intensidade de cada caso em concreto, bem como da capacidade que esse indivíduo de superar a situação traumática.

Sabe-se que os indivíduos da espécie humana são dotados de inúmeras capacidades que os tornam resilientes, fazendo com que estes possam superar as mais diversas intempéries no decorrer de sua existência. Entretanto, o reconhecimento do fenômeno da violência sexual contra crianças como complexo e devastador de seu desenvolvimento psíquico é primordial ao se tratar sobre o tema, pois na medida em que ocorre o ato, além das marcas

¹⁵ Mota ressalta que ao se referir a “mais um estigma” que a maioria das pessoas selecionadas para ingresso no sistema penal já carregam consigo o estigma de ser pobres e/ou negros.

físicas, as marcas psíquicas prevalecem com mais intensidade e por períodos indeterminados.

É necessário e importante cada vez mais ultrapassar a barreira do silêncio que envolve os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, priorizando os seus direitos de pessoa em desenvolvimento e que merece por parte do Estado e da família proteção especial, pensando sempre em primeiro lugar no que melhor convém ao seu desenvolvimento e bem estar. É necessário ainda que os profissionais e agentes encarregados em prover sua educação e desenvolvimento busquem cada vez mais alternativas e medidas preventivas visando evitar os possíveis danos físicos e principalmente psíquicos, em especial no momento de se buscar provas para comprovação da violência de forma que ela não seja novamente violentada pelo trauma já experimentado.

Nesse sentido, entre as medidas de proteção à violência contra crianças e adolescentes está a preocupação com a educação e formação dos profissionais que trabalham com esse público como professores, pais e outros profissionais da área de saúde no intuito de detectar sinais de violência e encaminhar o mais rápido possível para que ele tenha um acompanhamento especializado.

Da mesma forma, configura-se como importante medida nesse processo de proteção contra a violência de crianças e adolescentes o estabelecimento de uma rede de proteção com atuação multidisciplinar que favoreça e forneça mecanismos e políticas públicas que venham prevenir ou minimizar os efeitos perversos da violência praticada contra crianças e adolescentes como forma de garantir um sociedade mais humana e cidadã.

CAPÍTULO IV

CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MANAUS

Um dos maiores desrespeitos a que se pode expor nossos adolescentes, consiste no fato de privá-lo de vivenciar de forma digna e igualitária, de todas as oportunidades e experiências que possam leva-lo a uma constante descoberta de suas potencialidades.

4.1 DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Várias são as formas de manifestações quanto ao desrespeito dos direitos e garantias assegurados à criança e ao adolescente, no qual, estes, não raras vezes, têm o seu princípio de dignidade humana violado, pois, em determinadas ocasiões são vistas como mero objetos de arbítrio e injustiças por parte dos adultos.

No mesmo período em que são observadas inúmeras formas de violências ao público infanto-juvenil, as mudanças históricas permitem que se abra passagem para a implementação de políticas públicas e normas jurídicas que almejam ampliar e reforçar a sua proteção e garantir os seus direitos.

O progresso das normas brasileiras que resguardam crianças e adolescentes, bem como, a maneira que os adultos os tratam, é em decorrência das transformações sobre a concepção que a sociedade possui sobre essa fase da vida, que com o decorrer do tempo, sofreram fortes influências das relações sociais, políticas e econômicas.

Nesse contexto, é oportuno observar que as mudanças legislativas no Brasil ocorreram de forma paulatina, constituindo o reflexo do momento histórico vivenciado pela sociedade.

Sendo assim, quanto mais regressamos na história, maior é a visibilidade em relação ao desprezo e à desconsideração da infância.

4.2.1 A Criança e o adolescente na Constituição Federal de 1988

Promulgada em 05 de outubro de 1988, a atual Constituição Federal da República do Brasil, destaca-se como Constituição cidadã e traz em seu bojo

pela primeira vez, um capítulo especialmente dedicado à criança e o adolescente, adotando como princípio norteador a absoluta prioridade que deve ser dispensada à criança e ao adolescente, levando em consideração a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, bem como de sujeitos de direitos, como se observa a partir do enunciado do art. 227¹⁶.

Nesses termos, conforme ressalta Bittencourt, (2009, p. 39), a população infanto-juvenil deixa de ser objeto de tutela para tornar-se sujeito de direitos, tendo como supedâneo os princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas de 1989.

Vislumbra-se a partir da Constituição de 1988, um firme propósito de envolver a família, a sociedade e o Estado em prol do atendimento, resguardo e proteção de direitos considerados como fundamentais da criança e do adolescente de forma absolutamente prioritária e absoluta, embasada, sobretudo na doutrina da proteção integral.

A Doutrina de Proteção Integral, diferentemente da Doutrina da Situação irregular, segundo Machado, (2003), *apud* Azambuja (2011), “instala uma nova ordem na matéria, afinada com a contemporânea concepção de radical proteção aos Direitos Humanos”.

Corroborando no mesmo sentido, o art. 5º § 2º da Carta Magna de 1988¹⁷, expressamente reforça o compromisso estabelecido perante os tratados internacionais, em especial a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Nesse contexto, a proteção dos direitos da criança e do adolescente passa a ter um suporte dos Tratados Internacionais, referendado no bojo do texto Constitucional de 1988, incorporando a força dos valores e princípios inovadores desses instrumentos em defesa dos direitos humanos. Como bem menciona Bittencourt:

No Título II do Texto Constitucional Federal Brasileiro, são encontrados os direitos e garantias fundamentais direcionados a todo ser humano, e destacamos em especial, tais garantias às crianças e

¹⁶ Art. 227 da CF - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

¹⁷ Art. 5º, § 2º da CF - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

adolescentes, a fim de amparar-lhes o direito à liberdade, ao respeito à dignidade, como princípios norteadores do processo judicial que envolve crianças e adolescentes vítimas. A violação desses princípios afeta a condição de ser humano em desenvolvimento, acarretando prejuízos que não são passíveis de indenização. (BITTENCOURT, 2009, p. 105)

Considerando os novos princípios da dignidade da pessoa humana, prioridade absoluta à infância e princípio do interesse maior da criança afirmados na nova Carta Magna de 88, Azambuja (2011, p. 46) ressalta que passou a ser exigida uma ampla revisão na legislação infraconstitucional, o que ensejou uma intensa discussão e mobilização social em busca de uma legislação que fosse ao encontro dos princípios supramencionados.

4.2.2 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90)

Promulgada em 13 de julho de 1990, a Lei 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente veio preencher uma lacuna legislativa deixada pelo antigo Código de menores na esfera infraconstitucional, que sob o novo paradigma da atual Carta Magna de 1988 mostrava-se inteiramente dissonante dos modernos princípios democráticos oriundos da nova ordem Constitucional.

Desse modo, este diploma legal foi elaborado por uma comissão composta por representantes da sociedade civil, juristas e técnicos dos órgãos governamentais, com a especial participação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), bem como da Pastoral da Criança. Tem como eixo norteador o Princípio da Proteção Integral, cuja origem encontra-se no bojo do texto da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), claramente expresso em seu artigo 1^o¹⁸.

O Estatuto da Criança e do adolescente compõe-se de um conjunto de princípios e regras dispostos a proteger os direitos e garantias de crianças e adolescentes em toda a sua amplitude do nascimento até a sua maioridade aos

¹⁸ Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos da Criança - A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família.

dezoito anos, e excepcionalmente, após a maioridade, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 2^o¹⁹.

A doutrina da Proteção Integral, como bem menciona Barros (2013, p. 25,26), compreende um amplo conjunto de mecanismos jurídicos voltados à tutela da criança e do adolescente e guarda ligação com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, princípio segundo o qual os aplicadores do direito e agentes de proteção devem sempre observar em cada caso concreto a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança e o adolescente.

No mesmo sentido, Azambuja (2011, p.147,148) ressalta que a partir da ótica da Doutrina da Proteção Integral é possível afirmar que a condição de vulnerabilidade da criança evidencia a necessidade de investimentos visando a garantia de seus direitos fundamentais. Diferentemente do antigo Código de Menores, o atual diploma legal faz distinção conceitual do que vem a ser criança e adolescente de forma expressa em seu artigo 2^o²⁰.

Como ressalta Barros, (2013, p. 28) “o critério adotado pelo legislador é puramente cronológico, sem adentrar em distinções biológicas ou psicológicas, acerca do atingimento da puberdade ou do amadurecimento da pessoa”, e nesse sentido, a relevância dessa distinção reside especialmente no que se refere às medidas aplicáveis à prática de ato infracional, bem como para delimitar a competência do juízo da Infância e Juventude, uma vez que à criança só poderão ser aplicadas medidas de proteção e aos adolescentes, medidas sócio educativas.

Para a consecução da proteção desses direitos e garantias, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente surge um órgão que desenvolve um papel de relevante destaque – O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo de natureza não jurisdicional com a competência de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (ECA, art. 131). Estabelece ainda, a existência mínima de 1 (um) Conselho Tutelar em cada município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal, o qual será

¹⁹ Art. 2º, Parágrafo único do ECA - Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

²⁰ Art. 2º do ECA - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela população local com mandato de 4 (quatro) anos (ECA, art. 132).

Os deveres de cuidado e proteção estão reforçados no artigo 18 ao estabelecer como dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de qualquer tratamento considerado desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou que lhe ocasione algum constrangimento.

Da mesma forma, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, o ECA estabelece em seu art. 18-B, algumas medidas a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar aos pais, à família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos encarregados da aplicação de medidas sócio educativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e adolescentes quando fizerem uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante com o intuito de correção, disciplina, educação, ou qualquer outro pretexto.

A garantia de absoluta prioridade está claramente expressa no parágrafo único do artigo 4º do Estatuto e compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Nesse contexto, necessário se faz que na aplicação dessas medidas observem o fato dessa população em apreço possuir a condição especial de pessoa em desenvolvimento, requerendo uma proteção e atenção especial com absoluta prioridade por parte dos órgãos e instituições responsáveis pela defesa e proteção dos direitos e garantias da criança e do adolescente, em consonância com os direitos humanos fundamentais conquistados até então. Conforme menciona (AZAMBUJA, 2011 p. 170):

Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento da criança e do adolescente está se referindo à sua imaturidade, ou seja, ao seu incompleto estágio de desenvolvimento físico, mental e psicossocial, o que os diferencia dos adultos.

No que concerne à educação, o ECA estipula que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, bem como ressalta que o seu

não oferecimento ou sua oferta realizada de forma irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (ECA, art. 54, § 1º e §2º).

No mesmo sentido, atribui aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental a competência de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo alunos, reinteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, assim como os elevados níveis de repetência (ECA, art. 56).

Ocorre entretanto, que ainda hoje observa-se um elevado número de crianças em idade escolar fora da escola, bem como, a oferta do ensino ainda carece de uma qualidade desejável, diante das inúmeras dificuldades que o ambiente escolar enfrenta nos dias atuais, como aponta Cunha:

Em tempos de expectativas e perplexidade o educador se depara com as mais inusitadas situações, nos mais variados espaços educativos, situações decorrentes do cotidiano de crianças, adolescentes e suas famílias que vivem em condições de exploração e de dominação no capitalismo, sob suas múltiplas forma ou ainda em situações em que as regras sociais e familiares não são muito claras, refletindo na escola ou nos espaços não formais a falta de limites e a perda de referenciais valorativos de solidariedade, respeito e amorosidade. (CUNHA 2007, p.59)

Corroborando no mesmo sentido, Miguel Arroyo 2007, assinala:

O reconhecimento da escola como tempo-espaço público e as tentativas de sua configuração como públicas têm sido uma das marcas dos embates políticos-pedagógicos das últimas décadas. Dois fatos contribuíram nessa configuração: a afirmação da educação como direito de todo cidadão, bandeira dos anos de 1980, e o reconhecimento da infância-adolescência como sujeito de direitos, bandeira dos anos de 1990, com o Estatuto da Infância e da Adolescência. (ARROYO, p.792)

....

Os avanços havidos na defesa do direito à educação para todos exigem novas pesquisas e reflexão teórica para abrir esses direitos para a diversidade e a desigualdade de formas de viver a infância e a adolescência. (ARROYO, p.794)

Diante desse processo de conquistas de direitos da criança e do adolescente, apesar de inúmeras críticas, é inegável o reconhecimento do ECA como um instrumento inovador e revolucionário que vislumbrou não apenas proteção aos direitos e garantias de crianças e adolescentes, mas também se preocupou com a implementação de políticas de assistência, prevenção e proteção básicas à essa população tão carente de cuidados e proteção especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica definidora dos direitos da criança e do adolescente revela o longo e lento processo ao qual foi submetida na conquista de direitos considerados fundamentais. A migração de uma situação incipiente ou de quase indiferença no que se refere à aquisição de direitos, para uma situação de sujeito de direitos, demonstra claramente os avanços alcançados nesse campo de direitos da criança e do adolescente, evidenciados mediante vários instrumentos legais, quer seja em âmbito nacional ou internacional.

Nesta perspectiva, foi somente a partir da atual Constituição de 1988 que se evidenciou de forma inovadora a situação da criança com absoluta prioridade, merecendo por parte do legislador pátrio um título especial em atendimento a seus interesses e necessidades.

Observa-se, entretanto, que a despeito de todos os aparatos e mecanismos legais em defesa dos direitos e proteção de crianças e adolescentes, uma crescente e avassaladora onda de relatos de ocorrências de violências contra crianças e adolescentes invadem os noticiários e mídias das grandes metrópoles de todo o país.

Porém, nessa situação o que mais surpreende são os espaços em que a criança e o adolescentes são alvos fáceis da violência. Ainda que as pessoas em desenvolvimento sejam vítimas de violência nos mais variados ambientes aos quais fazem parte, o ambiente intrafamiliar e escolar são os locais mais propícios para a manifestação da violência. Ou seja, é notável a falha existente quanto à proteção dessas pessoas em processo de desenvolvimento, tendo-se em vista que as suas maiores vitimizações são propagadas por instituições ou pessoas que via de regra possuem o dever legal de guarda e proteção.

Assim, entre os tipos de violências identificadas no ambiente escolar desponta como uma das principais a psicológica, na modalidade de humilhação e intimidação. De fato, uma das principais dificuldades no estudo e análise da violência em suas diversas modalidades, consiste em que ela estar sempre permeada do aspecto emocional, tanto por quem comete a violência como por quem sofre a violência, dificultando assim, uma análise mais fidedigna dos impactos causados. Da mesma forma, identifica-se uma forte tendência na

sociedade em se priorizar a violência física em detrimento da psicológica, vez que a primeira deixa na maioria das vezes sequelas e marcas mais evidentes que a segunda, muito embora esta última possa deixar marcas mais deletérias que perduram pra toda vida. Portanto, isso sinaliza a necessidade de se voltar uma atenção mais especial a essa modalidade de violência nas nossas escolas, desenvolvendo projetos e programas que venham minimizar o problema nessa área, pois o que observa são medidas paliativas que se restringem ao oferecimento de palestras informativas nas escolas, que muito embora sejam importantes, não são suficientes na erradicação ou atenuação do problema.

No que se refere aos efeitos dessa violência no desempenho escolar dos adolescentes, muito embora os estudos aqui relatados apresentem algumas dificuldades de natureza metodológica, não possibilitando portanto, conclusões definitivas, esses resultados nos remetem a um entendimento de alteração e adaptação psicossocial do adolescente frente a esses problemas, o que, muito provavelmente irá refletir no resultado final do seu processo de aprendizagem.

Todo esse panorama nos conduz a um indicador preocupante, pois assinala que apesar de todos os avanços até aqui conquistados no tocante aos direitos e garantias, muito ainda precisamos caminhar nesse campo, em especial no que concerne à implantação de políticas públicas mais consistentes, bem como o fortalecimento das redes de proteção e prevenção à violência doméstica e escolar de forma mais efetiva e concreta para a real implementação desses direitos.

Necessário se faz, portanto, um permanente e efetivo acompanhamento dessas normas e garantias mediante um trabalho multidisciplinar envolvendo os diversos órgãos e agentes envolvidos no ambiente educativo, evitando-se que esses mecanismos e instrumentos conquistados fiquem adstritos apenas à esfera formal na defesa e proteção de nossos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; RUA, M.G. Violências nas Escolas. Brasília: Edição Resumida, UNESCO BRASIL,2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf> , acesso em: 08 de agosto de 2017.
- ABREU, Martha; MARTINEZ, Alessandra Frota. **Olhares sobre a criança do Brasil: perspectivas históricas**. Rio de Janeiro: AMAIS, 1997.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- ARROYO, Miguel González. **Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. acesso em :19.06.2016.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?** Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2011.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.) **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do pequeno poder**. Iglu, São Paulo, 1989.
- _____ Teoria Crítica da Família. In: Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.) Cortêz,7ª ed. – São Paulo, 2015.
- BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA Aria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. Saraiva, 13ª Ed. Reformulada e ampliada, São Paulo, 2001
- BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Direito da Criança e do Adolescente**. Coleção Sinopse para Concursos. Editora Juspodivm, 2013.
- BITTENCOURT, Luciane Potter. **Vitimização Secundária Infanto-Juvenil e Violência Sexual Intrafamiliar. Por uma Política Pública de Redução de Danos**. Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kuhner – 1ª ed – BestBolso, Rio de Janeiro, 2014.

CAMACHO, L. M.Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si.** São Paulo, 2000. Tese (dout.) Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da Adolescência: normalidade e psicopatologia.* 11ª ed. Vozes, Petrópolis, 1987.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto.** 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Roseana Cavalcanti da. **Direitos Humanos e Violência Sexual: do horror da escuta à subjetividade de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual.** In: *Infância. Derechos Humanos y Violencia em América Latina.* 1ª ed. – Lanus: Miss Escritos, Argentina, 2007.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração de crianças e adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo, (1880-1924)/** Boris Fausto – 2ª Ed., 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERRARI, D.C.A. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Ágora. 2002.

FERREÓL, Gilles; NORECK, Jean Pierre. Tradução: Ana Montóia, Ática, São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire,** 25º Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (coleção leitura).

FONSECA, Ozório José de Menezes; BARBOSA, Walmir de Albuquerque; MELO, Sandro Nahmias. **Normas para elaboração de Monografias, Dissertações e Teses.** Manaus: UEA, 2005.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual.** Summus, São Paulo, 1977.

GONÇALVES, Maria Rosane Almeida; DE PAIVA, Ignês Tereza Peixoto. **Violência Sexual Infantil: Estratégias Para A Prevenção Em Uma Escola Estadual Do Município De Parintins/Am.**

LIBÂNEO, José Carlos. **As relações “dentro-fora” na escola ou as interfaces entre práticas socioculturais e ensino**. In: Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e Currículo/ José Carlos Libâneo, Nilda Alves (Org.)

MARRIEL, Lucimar Câmara et al. **Violência escolar e auto-estima de adolescentes**. Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 127, p. 35-50, 2006.

MONTEIRO, Lígia Cláudia Gonçalves. **Educação e Direito da Criança: perspectiva histórica e desafios pedagógicos**. Dissertação submetida à Universidade de Minho, Portugal, julho, 2006. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6207/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20L%C3%ADgia%20Monteiro.pdf>>.

Acessado em 25 de Fev. de 2016.

MENEZES. Meiryelle Paixão. **A discriminação de Gênero na Escola**. In: Revista Fórum Identidades, Itabaiana: Gepiade, Ano 07 vol. 13 jan/jun de 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades>. Acesso em 09 de abril de 2016.

MYRE, M. Jean-Guy. **Les enfants mal aimés. Guide à l'intention des professionnels et des adultes em contact fréquent avec les enfants**. Quebec, Comité de La protection de La jeunesse, 1986.

MONTEIRO, Lígia Cláudia Gonçalves. **Educação e Direito da Criança: perspectiva histórica e desafios pedagógicos**. Dissertação submetida à Universidade de Minho, Portugal, julho, 2006. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6207/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20L%C3%ADgia%20Monteiro.pdf>>.

Acessado em 25 de Fev. de 2016.

MOTA, Maria Nazareth Vasques. **Jovens em conflito com a lei: Juventude Kafkiana em Manaus**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

OCKRENT, Christine; (direção). TREINER, Sandrine .(coordenação). **O livro negro da condição das mulheres**. Tradução Nícia Bonatti. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Assédio Sexual: questões conceituais**. Revistas Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário. São Paulo: Magister.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limond, 1996.

PLANALTO . Disponível

em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 19 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 19 de Julho de 2016. PLANALTO. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>.

Acessado em: 25 de Junho de 2016.

_____. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acessado em: 25 de Junho de 2016.

_____. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 19 de julho de 2016.

_____. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acessado em: 25 de Junho de 2016.

_____. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acessado em: 26 de Junho de 2016.

_____. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>.

Acessado em: 26 de Junho de 2016.

_____. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao88.htm>.

Acessado em: 19 de Julho de 2016.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROUYER, Michele. *In: Crianças Vítimas de Abuso sexual*. Summus, São Paulo, 1997. SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manuel Morgado. **Violências: lembrando alguns conceitos**. Aletheia, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006 . Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

TAQUETTE, Stella R. **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. – organizadora- Rio de Janeiro; Ed UERJ, 2007.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS – MPSPCDH

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA ADOLESCENTES

Este questionário refere-se a um estudo intitulado “**Abordagem da Violência Escolar contra Crianças e Adolescentes na Rede Pública Estadual de Ensino em Manaus.**” Gostaria de poder contar com a sua participação. Esta pesquisa, que garante o anonimato dos participantes, contribuirá para a Dissertação de Mestrado de Sandra Heloísa Oliveira Barros, devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Antecipadamente agradeço a sua participação!

I DADOS PESSOAIS

1 Você pertence ao sexo:

() masculino;

() feminino.

2 Sua faixa de idade é de:

- 12 – 13 anos;
- 14 - 15 anos;
- 16 - 17 anos;
- 18 anos ou mais

3 Em qual escola você estuda?

4 Qual ano você está cursando?

- 1º ano;
- 2º ano;
- 3º ano.

5 Há quanto tempo está matriculado na atual escola?

- até 1 ano;
- 2 anos;
- 3 anos;
- mais de 3 anos.

6 Participa de algum grupo de adolescentes na escola, na igreja ou na comunidade?

- Sim. Qual? _____
- Não.

7 Atualmente você está exercendo alguma atividade remunerada?

- sim. Qual? _____
- não.

II DADOS FAMILIARES

8 Com quem você mora ?

- sozinho(a);
- com minha mãe;
- com meu pai;
- com minha mãe e meu pai;
- com parente. Qual? _____

9 Quantas pessoas compõem sua família, morando na mesma casa, incluindo você?

- 2;
- 3;
- 4;
- 5 ou mais.

10 Qual a escolaridade do seu pai?

- Ensino Fundamental incompleto;

- Ensino Fundamental completo;
- Ensino Médio;
- Ensino Superior.

11 Qual a escolaridade da sua mãe?

- Ensino Fundamental incompleto;
- Ensino Fundamental completo;
- Ensino Médio;
- Ensino Superior.

12 Qual a renda da sua família?

- Até 1 salário mínimo;
- entre 1 e 3 salários;
- entre 4 a 6 salários;
- Acima 6 salários mínimos.

III PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

13 Você considera a sua escola um local seguro?

- Sim;
- não.

14 Você já sofreu algum tipo de violência física na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

14.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;
- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

15 Presenciou algum(a) colega sendo de vítima tipo de violência física na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

15.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;

- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

16 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência física na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

16.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;
- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

17 Você já sofreu algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a) ou funcionário (a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

17.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;
- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

18 Presenciou algum (a) colega sendo vítima de algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

18.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;

- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

19 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

19.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;
- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

20 Você já sofreu algum tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

20.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual oral;
- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

21 Presenciou algum (a) colega sendo de vítima tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

21.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual oral;

- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

22 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

22.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual oral;
- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

23 Você já sofreu algum tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

23.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
- subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
- outro. Qual? _____

24 Presenciou algum(a) colega sendo de vítima tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

24.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
- subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
- outro. Qual? _____

25 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- () Sim.
() não.

25.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- () subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
() subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
() outro. Qual? _____

26 Você já sofreu algum tipo de violência moral na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- () Sim
() não.

26.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- () calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
() difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
() injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
() outro. Qual? _____

27 Presenciou algum(a) colega sendo de vítima de violência moral na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- () Sim
() não.

27.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- () calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
() difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
() injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
() outro. Qual? _____

28 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência moral na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) ou funcionário(a), em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- () Sim.
() não.

28.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- () calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
() difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
() injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
() outro. Qual? _____

Questionário B

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS – MPSPCDH

Este roteiro de entrevista refere-se a um estudo intitulado “**Abordagem da Violência Escolar Contra Crianças e Adolescentes na Rede Pública Estadual de Ensino em Manaus.**” Gostaria de poder contar com a sua participação. Esta pesquisa, que garante o anonimato dos participantes, contribuirá para a Dissertação de Mestrado de Sandra Heloísa Oliveira Barros, devidamente matriculado no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Antecipadamente agradeço a sua participação!

I DADOS PESSOAIS

1 Você pertence ao sexo:

- () masculino;
- () feminino.

2 Sua faixa de idade é de:

- () 18 – 20 anos;
- () 21 - 23 anos;
- () 24 - 26 anos;
- () 27 - 29 anos ou mais

3 Qual é a sua escolaridade?

- () Graduado;
- () Especialista;
- () Mestre;
- () Doutor;
- () Pós Doutor

4 Há quanto tempo está trabalhando nesta escola?

- até 1 ano;
- 2 anos;
- 3 anos;
- mais de 3 anos.

5 Trabalha em outra escola além desta?

- Sim. Qual? _____
- Não.

6 Qual a renda da sua família?

- Até 1 salário mínimo;
- entre 1 e 3 salários;
- entre 4 a 6 salários;
- Acima 6 salários mínimos.

III PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

7 Você considera a sua escola um local seguro?

- Sim;
- não.

8 Você já sofreu algum tipo de violência física na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

8.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;
- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

9 Presenciou algum(a) colega sendo de vítima tipo de violência física na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

9.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;

- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

10 Soube de algum (a) colega que foi vítima de algum tipo de violência física na escola, praticada por gestor (a), professor(a), pedagogo(a) funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

10.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- Empurrão;
- tapa ou soco;
- puxão de cabelo de forma violenta;
- ferimento provocado por objeto contundente (apagador, pincel, pedra, madeira etc.);
- ferimento provocado por objeto cortante (estilete, faca, tesoura etc);
- ferimento provocado por objeto perfurante (chave de fenda, compasso, caneta, lápis etc);
- outro. Qual? _____

11 Você já sofreu algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a) funcionário (a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

11.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;
- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

12 Presenciou algum (a) colega sendo vítima de algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor (a), professor(a), pedagogo(a) funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

12.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;

- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

13 Soube de algum (a) colega que foi vítima de algum tipo de violência psicológica na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

13.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- ameaça;
- intimidação;
- humilhação;
- perseguição;
- insulto;
- chantagem;
- outro. Qual? _____

14 Você já sofreu algum tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a), funcionário (a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

14.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual verbal;
- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

15 Presenciou algum (a) colega sendo vítima algum tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

15.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual verbal;

- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

16 Soube de algum(a) colega que foi vítima de algum tipo de violência sexual na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a) funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
- não.

16.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- assédio sexual (constranger alguém no intuito de obter favorecimento sexual);
- exibicionismo ou atos libidinosos (mostrar os órgãos genitais ou masturbar-se);
- abuso sexual verbal;
- exploração sexual comercial, (exploração sexual com obtenção de lucro financeiro ou favores);
- telefonemas ou mensagens obscenas;
- abuso sexual com contato físico;
- outro. Qual? _____

17 Você já sofreu algum tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a), funcionário (a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

17.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
- subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
- outro. Qual? _____

18 Presenciou algum (a) colega sendo de vítima tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
- não.

18.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
- subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
- outro. Qual? _____

19 Soube de algum (a) colega que foi vítima de algum tipo de violência patrimonial na escola, praticada por gestor(a) professor(a), pedagogo(a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
 não.

19.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- subtração de objetos pessoais (caneta, livros, cadernos, mochila, etc);
 subtração de bens ou valores (dinheiro, bolsa);
 outro. Qual? _____

20 Você já sofreu algum tipo de violência moral na escola, praticada por gestor (a), professor (a), pedagogo (a), funcionário (a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
 não.

20.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
 difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
 injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
 outro. Qual? _____

21 Presenciou algum (a) colega sendo de vítima de algum tipo de violência moral na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim
 não.

21.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
 difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
 injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
 outro. Qual? _____

22 Soube de algum (a) colega que foi vítima de algum tipo de violência moral na escola, praticada por gestor(a), professor(a), pedagogo(a), funcionário(a) ou aluno (a) em sala de aula ou em outro ambiente da escola?

- Sim.
 não.

22.1 Se sim, que tipo de violência? Marque uma ou mais alternativas.

- calúnia (atribuir falsamente a alguém fato definido como crime).;
 difamação (*Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação*);
 injúria (*Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro*).;
 outro. Qual?

